

DOCUMENTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	J B (Economia)
Data	18/6/2001 Pg 8
Class.	33

Hidrelétrica gera disputa na Justiça

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA – A Eletronorte, estatal responsável pela geração de energia na Amazônia, inicia nesta semana uma batalha jurídica para manter acesa a construção, a partir de 2002, de uma hidrelétrica quase do tamanho de Itaipu: a usina de Belo Monte, em Altamira (PA), a 500 quilômetros a Oeste de Belém. Com capacidade de 11 mil megawatts (MW), a nova hidrelétrica é apontada como a luz salvadora contra ameaças apagões principalmente no Sudeste, o consumidor preferencial da energia a ser gerada. O empreendimento está orçado em US\$ 6,5 bilhões, mas só começará a funcionar em 2008.

Uma liminar concedida no início deste mês, pela Justiça Federal do Pará, determinou a suspensão dos estudos para a elaboração dos relatórios de impacto ambiental conhecidos como EIA-Rima na área do futuro reservatório de Belo Monte. A Eletronorte quer derrubar a liminar o quanto antes para concluir os estudos ambientais até agosto. Depois disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê licitar o empreendimento até dezembro.

Antecedentes – O juiz da 3ª Vara, Rubens Rollo D'Oliveira, estabeleceu multa diária de R\$ 100 mil se a estatal descumprir a ordem judicial. Ele atendeu pedido do Ministério Público Federal, notório contestador de projetos hidrelétricos na Amazônia por causa de seus antecedentes desabonadores. Na avaliação do Ministério Público, a construção de Belo Monte deve ser freada porque somente o Congresso Nacional tem competência para definir o aproveitamento de recursos hídricos que incidam em áreas indígenas.

É que perto do futuro reservatório vivem índios da aldeia Paquiçamba. Para o juiz, a Eletronorte desrespeitou o artigo 231 da Constituição, que prevê a autorização parlamentar antes do início da construção de hidrelétricas em áreas indígenas. Na sua defesa, a Eletronorte vai alegar que não existe nenhum curumim perambulando na área a ser inundada. Além disso, orgulha-se de ter conseguido multiplicar as nações indígenas dos Waimiri-Atroari (AM) e dos Paracaná (PA), ameaçados de extinção antes da construção de Balbina e Tucuruí na década de 80.

Na realidade, a estatal aprendeu a lidar com os índios e a temê-los principalmente depois de 1989, quando os povos indígenas da região promoveram um histórico encontro em Altamira, com o apoio do cantor inglês Sting. No meio dos debates, a índia Tutaroçou um facão na cara do hoje presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes. Protestavam contra a construção da hidrelétrica de Babaquara, que iria inundar suas terras.

Competência – Para completar, a estatal alega que diminuiu a área a ser inundada de 1.200 hectares para 400 hectares. Com isso, deixou de atingir as terras ocupadas pelos índios. Por sua vez, o Ministério Público argumenta ainda que o rio Xingu, onde será construída a barragem, é um rio nacional. Portanto, os estudos deveriam tramitar no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e não na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Por último, o Ministério Público denunciou que a Eletronorte contratou por R\$ 3,8 milhões uma entidade privada, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), ligada à Universidade Federal do Pará. Para a Eletronorte, a fundação é o arranjo jurídico que a universidade criou para prestar serviços a terceiros e fugir de suas limitações legais.